

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial
95143 7 2007 DP SC
Al FSC
...CORREIOS...

Distribuição gratuita

Comissões aprovam Iprev

Projeto de lei complementar que reestrutura sistema previdenciário de servidores públicos vai a Plenário no dia 17



Alberto Neves

A mais polêmica e discutida matéria do primeiro semestre venceu a primeira etapa, dia 10, conseguindo aval das Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e Trabalho e Serviço Público. O relatório do líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), incorporou 59 emendas.

Entre elas, foram acrescentadas emendas que tratam da inclusão do presidente do Iprec como membro nato do Conselho de Administração do Regime Próprio da Previdência do Servidor de Santa Catarina e a determinação do prazo de 10 anos para que o direito da previdência estadual apure e constitua seus créditos.

Páginas 4 e 5

Reunião das Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Trabalho autoriza prosseguimento da tramitação do projeto de origem do Executivo

Começam as audiências públicas do Orçamento Regionalizado



Alberto Neves

Deputados destacam 20 anos de serviços do sindicato na região

Parlamento presta homenagem ao Sescon

Sessão solene realizada dia 5 destacou as duas décadas do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Consultoria, Perícias, Informações e Pesquisas da Grande Florianópolis.

Página 3



Solon Soares

Parlamentares participam da primeira reunião, na Unoesc, em Joaçaba

Página 7

CCJ e Finanças dão sinal verde ao Prêmio Jubilar

Páginas 4 e 5

TCE entrega parecer prévio das contas do Executivo de 2007

Página 6

OPINIÃO

Federalização da FURB: vitória da mobilização

A mobilização comunitária está nas raízes da FURB. Foi a opinião pública que deflagrou, na década de 50, o debate sobre a implantação de uma faculdade em Blumenau para incentivar o desenvolvimento da região e encerrar o capítulo da centralização do ensino superior na Capital. O movimento alcançou sua primeira grande conquista em 1964, com a criação da Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau.

Em 1967, a Lei Municipal nº 1458 instituiu a FUB - Fundação Universitária de Blumenau que, no ano seguinte, tornou-se Fundação Universidade Regional de Blumenau. A instituição cresceu refletindo o desenvolvimento econômico da região, uma das mais pujantes do Estado. Durante esse período, a comunidade do Vale do Itajaí confirmou sua índole batalhadora

e levantou recursos para erguer a sede própria.

Na década de 70, sempre com o suporte da sociedade, novos cursos surgiram, inclusive o de Administração, no qual, mais de 20 anos depois, iniciei na política estudantil, tornando-me presidente do Diretório Acadêmico. Enfim, em 1995, a Universidade Regional de Blumenau passou a figurar como uma instituição mantida pela Fundação Universidade Regional de Blumenau, com autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial, conforme os seus Estatutos e Regimento Geral.

Embora as lutas pela defesa do caráter público e da gratuidade das universidades tenham permeado a década de 90, somente em 2002 o debate ganhou novo fôlego com a instituição do Comitê Pró-Federali-

zação. Audiências públicas promovidas pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina ampliaram a discussão. Autoridades catarinenses, entre elas os parlamentares, se engajaram no movimento e 16 mil assinaturas foram colhidas em prol da FURB Federal.

Por fim, o plebiscito recentemente realizado, entre a comunidade acadêmica da FURB, coroou esta mobilização de cinco décadas. Mais de 19 mil votantes foram favoráveis à federalização. Na posição de ex-aluno da instituição e de representante da região de Blumenau no Poder Legislativo, também formalizo meu SIM pela FURB Federal, pelo ensino público, gratuito e de qualidade. Enfim, um SIM pela vitória da cidadania.

Deputado Estadual Jean Kuhlmann (DEM)

Precisamos de equilíbrio e bom senso

É fato que cada vez mais tomamos consciência em relação à constância que vem ocorrendo a degradação ambiental. Mas não basta só saber que o problema existe. É necessária também a conscientização de que somos parte da solução. Diagnósticos apresentados por reconhecidas organizações ligadas à preservação ambiental demonstram que a degradação é resultado principalmente do descontrolado crescimento populacional e suas exigências sobre os recursos da terra. Não havendo estabilidade populacional, econômica e ecológica em relação ao uso dos recursos naturais, que devemos lembrar, são limitados, estes serão extintos e, com eles, potencializados os riscos para a população humana.

Investidos na autoridade de pesquisas científicas e da credibilidade por suas ações, alguns órgãos ambientais lançaram subsídios para a idéia do desenvolvimento aliado à preservação. A idéia de Desenvolvimento Sustentável pode ser

buscada no Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1987, onde se firmou um novo paradigma de desenvolvimento que prima pelo respeito à diversidade cultural e ecológica, harmonia do desenvolvimento econômico com proteção ambiental e garantia do atendimento às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras. Este contexto rompe com o antagonismo entre preservação e desenvolvimento. Nesta perspectiva podemos refletir sobre a crítica ao desenvolvimento como figura voraz e consumidora de recursos; sobre o conceito e as práticas de preservação ambiental fundamentadas no afastamento humano.

Unidades de conservação transformaram-se em questão recorrente do debate ambientalista, ocasionando mudanças nos modelos preservacionistas. Não é possível pensar em uma natureza "selvagem e intocável"; nem é

desejável estabelecer planos de manejo ambiental que ignorem pessoas e modos de vida tradicionais. Daí a importância de iniciativas onde se combine preservação da biodiversidade a modelos de desenvolvimento alternativos, como é o caso das Reservas Extrativistas que a legislação federal considera como unidades de conservação de uso direto, onde se permite o aproveitamento sustentável dos recursos. Crises econômicas, penúria de muitas populações e degradação ambiental caracterizam o "desenvolvimento insustentável" baseado em inovações tecnocientíficas que elevam a produtividade do trabalho e a disponibilidade de bens, mas que consomem muita energia e são incapazes de dar abrangência aos seus benefícios. A relação entre desenvolvimento e degradação estabeleceu, historicamente, a necessidade de preservação ambiental.

Deputado Ivan Naatz (PV)

Exposição "A Fauna, o Encanto, a Flora" na Assembléia

Eduardo Guedes de Oliveira



Marina, professora de Artes, durante a abertura de sua exposição

A exposição "A Fauna, o Encanto, a Flora", da artista Marina Pazzini, ocupou a Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho entre o dia 10 e 13.

Natural de Brusque, a artista dedica-se profissionalmente às artes plásticas há 30 anos. Durante esse tempo tem participando de diversas exposições individuais e coletivas. Graduada em Arte pela FURB e pós-graduada em Arte e Educação pela Aupex, de Joinville,

é professora da rede pública municipal de Brusque e do curso de Design e Moda na Associação Educacional do Vale do Itajaí-Mirim.

O desenho, a pintura e o recorte encantam Marina desde pequena. Hoje ela usa suas técnicas para tratar de uma de suas paixões, a natureza. "Basicamente uso tinta acrílica ou óleo sobre o MDF recortado em formas variadas, numa linguagem de traçado orgânico", explica.

[AGENDA]

Dia 16, 9h – Audiência pública para tratar do Programa de Alimentação Escolar em SC

Local: Auditório Antonieta de Barros

Dia 16, 14h – Audiência pública do Orçamento Regionalizado

Local: Anfiteatro II, Bloco C – Univille - Joinville

Dia 16, 19h – Sessão solene pela passagem dos 50 anos de falecimento do ex-governador Jorge Lacerda

Local: Plenário

Dia 17, 9h – Comissão de Saúde - Audiência pública para debater a oncologia pediátrica em Santa Catarina

Local: Auditório Antonieta de Barros

Dia 18, 14h – Audiência pública do Orçamento Regionalizado

Local: Auditório Antonieta de Barros - Florianópolis

Dia 18, 19h – Sessão solene do Dia Estadual da Imigração Japonesa e ao Centenário da Imigração Japonesa no Brasil

Local: Plenário

Dia 19, 14h – Audiência pública do Orçamento Regionalizado

Local: Salão do Bloco G – Unidavi – Rio do Sul

Dia 19, 17h – Comissão de Saúde - Audiência pública para discutir a situação dos Hospitais em Santa Catarina

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

Dia 20, 14h – Audiência pública do Orçamento Regionalizado

Local: Auditório da FURB - Sala D - Campos II - Blumenau

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (DEM)

1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)

2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)

1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

2º Secretário: Valmir Comin (PP)

3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Branganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Eduardo Guedes de Oliveira

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Sessão solene destaca 20 anos do Sesccon

Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis trabalha em defesa da categoria e presta serviços à comunidade



Fotos: Alberto Neves

Solenidade requerida e comandada pelo deputado Renato Hinnig resgatou história de duas décadas da entidade

Suzana Couto Tancredo

Com o Plenário lotado de autoridades ligadas ao setor contábil, uma sessão solene realizada dia 5 homenageou os 20 anos do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Consultoria, Perícias, Informações e Pesquisas da Grande Florianópolis (Sesccon).

Requerida pelo deputado Renato Hinnig (PMDB), a sessão resgatou as duas décadas da entidade. Como um dos representantes da categoria na Casa, Hinnig afirmou ter orgulho de tal condição e que está trabalhando para retribuir a confiança nele depositada. "O Sesccon é uma entidade empenhada em resolver não

somente os problemas de sua categoria, mas em prestar serviços à comunidade em geral", destacou o parlamentar no discurso de abertura da sessão.

O vice-presidente do Sesccon, Gil Nazareno Losso, fez um histórico da entidade, relembrou seus tempos de dificuldade, a condição de interinidade da sede e concluiu dizendo que todos os ex-colaboradores continuam trabalhando no sindicato.

O presidente Augusto Marquart Neto disse ter certeza de que a entidade se sente orgulhosa e satisfeita com o trabalho realizado nos últimos 20 anos de atividade.

"O respeito adquirido pelos órgãos federais e estaduais é o grande patrimônio do Sesccon,

que conta com um sindicato ativo e a solidariedade de todas as entidades contábeis", destacou Marquart Neto.

A mesa foi integrada pelo diretor-geral da Secretaria da Fazenda, Nestor Raup, representando o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB); superintendente da Floram, José Rauem, em nome do prefeito da Capital, Dário Berger (PSDB); presidente do Sesccon, Elias Barth; presidente do Conselho Regional de Contabilidade, Sergio Faraco; diretor de comunicação da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), Maurício Melo, e pelo presidente do Sisccon, Augusto Marquart Neto.

Parlamento presta homenagem a presidente e ex-presidentes

Na solenidade, o deputado Renato Hinnig entregou placa de destaque ao presidente do Sesccon, Augusto Marquart Neto, que retribuiu em seguida a homenagem ao parlamentar. A diretora de publicidade e eventos do Sesccon Grande Florianópolis, Marilza da Silva, homenageou os presidentes do Sesccon, Antônio Papior, à frente da entidade de 1993 a 1999, e Marcelo Cruz, representando o presidente de 2000 a 2003, Walter Cruz.

Também foi agraciado o pre-

sidente nos anos de 2004 a 2006, Maurício Melo. O presidente do Núcleo de Contabilistas do Vale do Rio Tijucas, José Carlos de Souza, foi homenageado por Rosmari Dal Moro, do Conselho Fiscal do Sesccon. A placa também foi entregue a Sérgio Soncini, representante dos associados da Grande Florianópolis. O dirigente do Sebrae de Santa Catarina, Spyros Diamantaras, foi o último a receber a placa das mãos de Maria Emília Espíndola, do Conselho Fiscal da instituição.



Hinnig entrega placa a Augusto Marquart Neto, presidente Sesccon da Capital

Audiência defende Lajeado São José como área de preservação

Verlaine Silveira

A criação de uma Área de Preservação Ambiental (APA) para o Lajeado São José, em Chapecó, e uma revisão no Plano Diretor da cidade foram as reivindicações apresentadas na audiência pública promovida pela Assembléia Legislativa por indicação do deputado Altair Silva (PP) no município. O deputado anunciou que vai convocar a Fatma para dar esclarecimentos na Casa Legislativa. A principal questão é a ocupação irregular das margens do lajeado, seu assoreamento, aterros feitos em sua bacia hidrográfica, construções irregulares e o desmatamento, com a retirada da mata ciliar protegida por lei.

Participaram vários setores da sociedade local, preocupados com a situação do lajeado e seu entorno. A audiência foi realizada na Câmara

de Vereadores e recebeu representantes da Casan, Polícia Ambiental, Unochapecó, Cidasc, Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS) e Prefeitura.

A bióloga Karling Fernanda Schuster apresentou um trabalho sob o título "Lajeado São José – Manancial de abastecimento dos municípios de Chapecó e Cordilheira Alta". A bióloga fez um relato da situação do manancial, conseqüências e possibilidades de preservação. Apesar do lajeado São José ser prote-

gido por lei municipal e federal, a situação é crítica. Essas são as preocupações do deputado Altair Silva, que vai dar continuidade aos debates e exigir fiscalização mais rígida neste assunto, com desdobramentos que implicam na libera-



Reunião na Câmara de Vereadores atrai representantes de vários setores

ção de recursos pelo Ministério das Cidades para a discussão do novo plano diretor. O parlamentar aguarda apenas a confirmação da data da vinda do ministro Marcio Fortes à Chapecó. A preservação do lajeado envolve a Fatma, cujo gerente regional, Bernardo Bairith, esteve na audiência e disse que vai defender a recuperação do manancial.

Participaram os vereadores Nilso Macieski (PMDB), presidente da Câmara Municipal, Paulinho da Silva e César Valduga, ambos do PCdoB,

e Marcelino Chiarello (PT), o gerente da Regional Oeste da Casan, Milton Sander, o representante do prefeito João Rodrigues (DEM), engenheiro agrônomo Luiz Alberto Nattar, o reitor da Unochapecó, Odilon Luiz Poli, o tenente Robson Xavier Neves, comandante da Polícia Ambiental, Mariano Smaniotto, da ABAS, e Alvorí José Canto, da Cidasc.

Preservação

Apesar de o lajeado estar protegido por lei, na prática isso não é obedecido. A possibilidade de que seja estabelecida uma APA, segundo os técnicos e preservacionistas do município, pode contribuir para resguardar o local. Uma APA é uma área de proteção ambiental, estabelecida pelo poder público, onde é permitida a ocupação da área protegida.

ESPECIAL

Comissões dão sinal verde para o Iprev

Projeto de lei complementar que reestrutura o sistema previdenciário dos servidores públicos estaduais será apreciado dia 17 em Plenário

Scheila Dzedzic

Nem mesmo os protestos e o apito dos manifestantes que lotaram o auditório Antonieta de Barros, na Assembléia Legislativa, dia 10, conseguiram convencer a base governista a retirar da pauta o PLC que cria o Iprev. As Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho e Serviço Público aprovaram o Projeto de Lei Complementar nº 50/07, que reestrutura o sistema previdenciário e institui o Regime Próprio de Previdência do Servidor de Santa Catarina (RPPS) com a criação de fundos previdenciários e financeiro.

Com a aprovação, a matéria, a mais polêmica e discutida entre os parlamentares neste primeiro semestre, está apta para votação

em Plenário, que deve ocorrer, conforme calendário acordado entre os líderes, no próximo dia 17.

Poucas mudanças foram apresentadas pelo relator, deputado Herneus de Nadal (PMDB), líder do Governo na Casa, em relação ao parecer preliminar, que já havia acatado 56 de 79 emendas propostas. Entre as novidades está o acolhimento de três emendas do líder do PSDB, deputado Marcos Vieira, que anteriormente haviam sido rejeitadas. Convencido com nova argumentação, Nadal acrescentou ao projeto as emendas de números 71,72 e 73, que tratam respectivamente da inclusão do presidente do Ipescc como membro nato do Conselho de Administração (órgão de deliberação e orientação superior) do RPPS/SC, dado seu conhecimento e atuação na área

previdenciária; da determinação do prazo de 10 anos para que o direito da previdência estadual apure e constitua seus créditos, além da supressão do artigo 57.

Este artigo vedava a adoção de critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores abrangidos pelo RPPS, com ressalvas aos casos definidos em Lei Complementar Federal. A lei abrange os portadores de deficiência, os profissionais que exercem atividade de risco e aqueles cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. Com isso fica reforçado o direito já existente de aposentadoria especial a este grupo de servidores. Emenda semelhante também foi apresentada pelo deputado Jorginho Mello (PSDB).



Fotos: Alberto Neves

Relator Herneus de Nadal acolhe três emendas, que incluem presidente do Ipescc como membro nato do Conselho de Administração do Regime de Previdência

Servidores protestam com apito



Servidores acompanham reunião das comissões e se manifestam com faixas contra projeto que cria o Iprev

Entre apito, gritos e palmas dos manifestantes, que repetiram a frase "não, não, não ao fundo de pensão", o deputado Romildo Titon (PMDB) deu início à reunião conjunta das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público. Durante a leitura do parecer final pelo relator da matéria, deputado Herneus de Nadal (PMDB), os ânimos dos funcionários públicos continuaram exaltados. Ao fim da reunião, a aprovação do parecer favorável ao Iprev não desanimou os manifestantes. "Esta luta não se encerra aqui", declarou Mário Antônio da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual (Sintespe).

Nas manifestações que pediam a retirada do projeto era possível ouvir: "chega!", "devolve!" e "retira!". O barulho que tomou conta do Auditório Antonieta de Barros, na Assembléia Legislativa, seguiu

até o final da reunião, a cada voto a favor ou contra o Iprev proferido pelos parlamentares. A posição dos manifestantes ficou clara nas faixas que eles seguraram por todo o tempo, entre elas a que dizia: "Sintespe repudia a privatização do Ipescc".

Ameaça

Da área da saúde, as servidoras Maria Ramarina dos Anjos e Elizete Fátima Antunes, de Lages, afirmaram que o projeto, na forma como foi apresentado, só irá prejudicar o funcionalismo. "Temos o direito de ter o que é nosso. A única coisa que não queremos é ser roubados", disse Maria Romarina. Da educação, Elizete Zonta é contra o Iprev e acredita ser a proposta uma ameaça aos direitos garantidos. "O projeto é um pacote de ataques e quebra a valorização dos servidores", disse.

Após o término da reunião

conjunta das comissões, em que a matéria recebeu parecer favorável, os manifestantes continuaram reunidos no espaço ao lado do auditório. Segundo Mário Antônio da Silva, o Parlamento não tem legitimidade para votar e aprovar o Iprev, já que não foram acatados novamente a criação de dois regimes jurídicos de custeio do sistema previdenciário que, segundo ele, segregava os servidores públicos.

Uczai argumentou que a proposta governamental vai além do que é exigido pelo Ministério da Previdência para que o Estado possa receber o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) e, com isso, estar apto a receber transferência de recursos voluntários da União. Uczai remeteu ao ofício do Ministério que fala apenas da necessidade da criação de uma unidade gestora única da previdência.

Bancadas do PP e PT reforçam posição contrária

As bancadas do PT e PP marcaram suas posições contrárias ao projeto de lei complementar apresentando voto de vista na Comissão de Constituição e Justiça. O líder do PT, deputado Pedro Uczai, criticou novamente a criação de dois regimes jurídicos de custeio do sistema previdenciário que, segundo ele, segregava os servidores públicos.

Uczai citou ainda o artigo 40 da Constituição Federal, inciso 20. Nele está escrito que é vedada a "existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos de natureza especial, de uma unidade gestora do respectivo sistema em

cada ente estatal". Para a bancada do PT o projeto não atende a principal finalidade, além de violar artigo da Constituição Federal. O deputado Jaime Pasqualini (PP) lembrou que a proposta teve duas etapas distintas: a discussão com os servidores nas nove audiências públicas realizadas pela Assembléia e a apresentação de emendas. Comentou que na primeira audiência alertou da dificuldade em se avançar na discussão do PLC, já que o governo tem ampla maioria no Parlamento.

A posição contrária ao projeto foi reforçada pelos progressistas em função da rejeição de 17 das 49 emendas da bancada, segundo Pasqualini, com a intenção de aprimorar a proposta enviada pelo Executivo. "A análise detalhada da

matéria confirmou que acertamos quando optamos pelo aperfeiçoamento do projeto por meio de emendas, tamanho o número de dispositivos que precisaram de intervenções. Em que pese as emendas acolhidas, a bancada do PP não se deu por satisfeita, porque outras importantes não foram contempladas". Entre as emendas ele cita a que destinava ao Fundo Financeiro, e não ao Previdenciário, os bens e direitos do Ipescc; a reserva de contingência, para conferir segurança ao regime, especificamente ao Fundo Financeiro com valores referentes a juros; a atualização monetária e as multas por mora no pagamento de quantias devidas à previdência estadual e a determinação da criação da estrutura do Iprev por lei específica. (S.D.)

Com relatório do líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), as Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Finanças e Tributação da Casa aprovaram no dia 10 o Projeto de Lei 146/08, do Executivo, que estende o Prêmio Educar aos servidores inativos do magistério público estadual da Secretaria de Estado da Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial. O projeto deve ser votado nas próximas sessões plenárias.



Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças autorizam extensão do Prêmio Educar a aposentados

Aprovado Prêmio Jubilar a inativos

Com relatório do líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), as Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Finanças e Tributação da Casa aprovaram no dia 10 o Projeto de Lei 146/08, do Executivo, que estende o Prêmio Educar aos servidores inativos do magistério público estadual da Secretaria de Estado da Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial. O projeto deve ser votado nas próximas sessões plenárias.

Sob a denominação de Prêmio Jubilar, o benefício é destinado aos servidores aposentados e pensionistas dos cargos de professor, com carga horária de 40 horas semanais, que estejam percebendo gratificação de regência de classe, (receberão R\$ 200) e aos de Assistente Técnico-pedagógico, Consultor Educacional e Especialista do qua-

dro do magistério público estadual, também com carga horária de 40 horas semanais (receberão R\$ 150). Aposentados no cargo de professor que não percebem gratificação de regência de classe não terão direito ao Prêmio Jubilar – o que foi criticado por deputados da oposição. Os valores do prêmio serão pagos a partir de 1º de agosto.

Artigo 170

Na CCJ, Herneus de Nadal, na condição de relator, acolheu Emenda Substitutiva Global do deputado Pedro Uczai (PT) a dois projetos de lei complementar, de origem parlamentar, que tratam do artigo 170 da Constituição Estadual, responsável pela regulamentação da assistência financeira aos alunos matriculados em instituições de ensino superior no

estado. Uczai aproveitou parte do PLC 5/08, de sua autoria, que estabelece que o valor do benefício concedido ao aluno não será inferior a 25% do valor da mensalidade por ele devida. Também aproveitou parte do PLC 8/07, do deputado Professor Grando (PPS), determinando que a concessão do benefício será opção de cada instituição de ensino superior conveniada, podendo ser semestral ou anual.

"Essas propostas precisavam ser aprovadas agora, considerando que o calendário acadêmico nos impõe um ritmo acelerado. As demais propostas do artigo 170 (eleições diretas para dirigentes de instituições de universidades e bolsas de estudo para alunos de cursos a distância) ficarão para um debate mais aprofundado e com mais tempo", justificou Uczai. (R.P.)

Bancada de oposição trabalha por CPI sobre financiamento de campanha

Graziela May Pereira

A bancada de oposição conseguiu dia 10 a 13ª assinatura para a constituição de uma Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI) com o objetivo de investigar as denúncias de uso de dinheiro público para financiamento de campanha por parte do governo estadual. Para a constituição da CPI são necessárias 14 assinaturas e a 13ª é do deputa-

do Sargento Amauri Soares (PDT). Segundo Soares, a Assembléia tem obrigação de investigar qualquer denúncia que venha prejudicar o povo catarinense. "Não estou aqui defendendo a chantagem, mas os fatos apontados devem ser investigados". O parlamentar ainda afirmou que não tem nada contra o governo. "Estou assinando em favor da CPI por convicção política e análise jurídica. Isso tudo é isento

de disputa política. A Assembléia Legislativa não pode se omitir de sua obrigação", completou.

O deputado Pedro Uczai, líder da bancada do PT, disse que a CPI é uma prerrogativa parlamentar e deve ser cumprida. "Temos que investigar se houve realmente financiamento de campanha com dinheiro estatal. As denúncias são graves e o governo tem que responder por isso", disse Uczai.

Entenda o caso

O proprietário da Revista Metrópole, Ivonei Raul da Silva, foi preso em flagrante por agentes da DEIC, na Capital, sob acusação de tentar extorquir R\$ 1,6 milhão do governo do Estado para não divulgar um livro com supostas denúncias contra o governador Luiz Henrique da Silveira, secretários e prefeitos. Silva nega a acusação, se diz vítima de uma "armação" e garante que pretendia apenas cobrar dívida com

o governo que, por sua vez, nega qualquer débito. Todas as informações, documentos e fotos que estão nas 355 páginas do livro "A Descentralização no Banco dos Réus" serão cheçadas pela polícia e pelo Ministério Público. A publicação tem duas partes e 55 subtítulos, é ilustrada com mais de 60 cópias de documentos, 25 diálogos reproduzidos e 15 fotos.

INSTITUCIONAL

Parlamento recebe parecer prévio das contas/2007 do governo do Estado

Tribunal de Contas do Estado indica aprovação das finanças com seis ressalvas e 12 recomendações



Eduardo Guedes de Oliveira

Conselheiro César Filomeno Fontes (e), relator das contas, afirma que Executivo cumpriu seu papel

O parecer prévio das contas/2007 do governo do Estado, que recomenda a aprovação das finanças estaduais com seis ressalvas e 12 recomendações, foi entregue dia 9 ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (DEM), pelo presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, José Carlos Pacheco. Pontos como a inclusão dos gastos com inativos, para efeito de cálculo dos percentuais mínimos de 25% aplicados na educação e 12% na saúde, e a falta de cobrança dos créditos tributários foram as principais deficiências constatadas.

Segundo o relator das contas, conselheiro César Filomeno Fontes, o governo conseguiu cumprir seu papel. "Obtivemos uma resposta excepcional do governo estadual, mesmo com os problemas na saúde e na educação, que

já são crônicos e têm origem em outros governos." O presidente do TCE afirmou que a instituição vem exercendo seu papel de fiscalização. "Nosso trabalho de auxiliar o Legislativo na fiscalização das contas está concluído.", completou.

A Assembleia é responsável pelo julgamento político-administrativo da matéria. Os deputados poderão acatar ou não o parecer do TCE. "Estamos cumprindo mais uma etapa desse dever constitucional que nos é dado. O Tribunal de Contas tem participação efetiva na melhoria das ações do governo", disse Julio Garcia. De acordo com o presidente da Casa, as análises do TCE serão apreciadas pelo Legislativo sem nenhum problema. "As análises criteriosas realizadas pelo Tribunal de Contas não merecerão qualquer reparo pelo Poder Legislativo", adiantou.

O Brasil em Debate na Assembleia Legislativa traz Gabriel, O Pensador

Um dos maiores nomes do rap brasileiro, Gabriel, O Pensador, é o convidado do próximo encontro do programa O Brasil em Debate na Assembleia Legislativa, dia 26. Com o tema "Comunicação, Poesia e Música", o rapper vai apresentar sua palestra com o mesmo jeito irreverente que mistura crítica e humor.

O evento será realizado às 19 horas, no Auditório Antonieta de Barros, e conta com o apoio da Associação Catarinense de Imprensa e do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina. As inscrições têm início no dia 19, a partir das 9 horas, somente pelo site www.alesc.sc.gov.br

Currículo

A fama veio em 1992, com o rap "Tô Feliz, Matei o Presidente". No ano seguinte, contratado pela Sony Music, lançou seu primeiro e homônimo CD com os sucessos "Lôraburra" e "Retrato de um Playboy". Em 1995, lançou "Ainda É Só o Começo". Dois anos depois, é a vez do disco "Quebra-Cabeça", com as faixas "2345meia78", "Cachimbo da Paz" e "Festa da Música", que vendeu mais de um milhão de cópias.

Sucesso em Portugal, O Pen-

sador foi escolhido pela banda irlandesa U2 para abrir seus shows no Brasil em 1998. Em 1999, lançou o CD "Nádegas a Declarar". Em 2001, o quinto disco, "Seja Você Mesmo Mas Não Seja Sempre o Mesmo", com participações especiais de Digão (dos Raimundos) e do cantor Lenine. Em 2003, lançou em CD e DVD o "MTV Ao Vivo", com os seus maiores sucessos. "Cavaleiro Andante" é o sétimo disco do músico, lançado em 2005.

Casado com a atriz Ana Lima e jurado da segunda edição do concurso Soletando, do Caldeirão do Huck, na Rede Globo, Gabriel lançou em 2001 o primeiro livro, "Diário Noturno", que revela talentos e angústias deste rapper brasileiro.

Divulgação



Gabriel faz palestra dia 26

Concórdia tem público recorde em ciclo que debate eleições



Carlos Kilian

Com a presença do deputado Sopelsa, evento em Concórdia atrai prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e estudantes

Com um público recorde de 150 pessoas, Concórdia, no Oeste catarinense, recebeu dia 6 a quinta etapa do "Ciclo de Debates sobre as eleições municipais para 2008". Prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, estudantes e candidatos a cargos eletivos na próxima eleição lotaram a Sociedade Esportiva e Recreativa da Sadia (SerSadia).

Promovido pela Escola do Legislativo, em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral (TJE), órgão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/SC), e o Instituto de Contas do Tribunal de Contas (TCE), o ciclo de

debates tem objetivo de discutir as normas que regem as eleições municipais. Segundo o prefeito de Concórdia, Neodi Saretta (PT), o encontro funcionou como uma espécie de alerta. "Através destas palestras ficaremos atentos a tudo aquilo que é permitido e o que é proibido", disse, satisfeito com o conteúdo abordado.

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB), que representou o presidente da Assembleia, deputado Julio Garcia (DEM), afirmou que a Casa exerce seu papel com maestria ao promover eventos como o ciclo de debates. O encontro

contou com três palestras: "Acessibilidade, Inclusão e Cidadania das Pessoas com Deficiência", "Regras para Eleições 2008" e "Prestações de Contas de Campanhas".

Sombrio

A sexta etapa do Ciclo de Debates esteve dia 9 em Sombrio. Cerca de 80 pessoas acompanharam as palestras na Câmara de Sombrio, que reuniu autoridades da região. O próximo ciclo será neste dia 13, em Florianópolis, no auditório da Casa Legislativa, das 8 às 17 horas.

COMISSÕES

Assembléia dá largada às audiências do Orçamento Regionalizado

Joaçaba sedia primeira reunião elegendo como prioridades investimentos na saúde e na pavimentação de rodovias

Denise Arruda Bortolon

As regionais de Joaçaba, Videira, Campos Novos, Concórdia e Caçador, no Meio Oeste catarinense, foram as primeiras a escolher as três prioridades que deverão fazer parte do Orçamento 2009. O Orçamento

Regionalizado (OR) é um trabalho conjunto entre Assembléia Legislativa e governo do Estado, que promovem as nove audiências públicas regionais, entre os dias 11 e 24 deste mês, em de Joaçaba, Lages, Tubarão, Joinville, Florianópolis, Rio do Sul, Blumenau, São Miguel do

Oeste e Chapecó, envolvendo as 36 secretarias de Desenvolvimento Regional. O Projeto de Lei nº 102/08, ou Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009, já está tramitando na Casa e tem como relator o deputado Renato Hinnig (PMDB).

Nos encontros, são definidas

as três prioridades que deverão fazer parte da LDO para 2009. A primeira audiência pública do Orçamento Regionalizado neste ano foi realizada, dia 11, no auditório da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), em Joaçaba.

A pavimentação de rodovias e os investimentos na área de saúde continuaram como carro-chefe para os investimentos do próximo ano. A regional de Concórdia, no entanto, preferiu priorizar ações voltadas ao meio ambiente, como o reaproveitamento das águas das chuvas e o aproveitamento de dejetos suínos.

Os trabalhos foram coordenados pelo deputado Jorginho Mello (PSDB), presidente da Comissão de Finanças e Tributação. "É uma obrigação constitucional do Legislativo estadual ouvir as demandas da sociedade, mas também é uma prática educativa. Estamos aqui para prestar contas, lembrar as ações e recolocá-las caso não

tenham sido realizadas", ressaltou. Membro da comissão, o deputado José Natal Pereira (PDSB) acompanhou todas as reuniões do ano passado. "Estamos à disposição em busca da realização das prioridades que serão escolhidas na tarde de hoje", falou.

Potencial

Representando a bancada do PDT, o líder do partido, deputado Sargento Soares, disse ser solidário às reivindicações. "Sabemos que existe a pergunta e a crítica sobre a importância destas audiências, que coloca a estrutura da Casa à disposição da população das regiões e depois não se cumpre o que se buscava. Temos uma avaliação diferente, porque podemos reivindicar junto ao governo", avaliou. Já o deputado Ismael dos Santos (DEM) enfatizou o potencial de cada região justificando, desta forma, a importância das audiências.



Fotos: Solon Soares

Presidente da Comissão de Finanças, deputado Jorginho Mello, coordena trabalhos no encontro

Deputados defendem iniciativa

Para o deputado Pedro Uczai, (PT) é de fundamental importância ouvir o conjunto da sociedade para definir as prioridades de um ano para o outro. "Por isso sempre defendemos a consulta para a radicalização da democracia participativa. Quero referendar os diferentes instrumentos que fortalecem a participação da sociedade", emendou.

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB) considera como principal vantagem do Orçamento Regionalizado o fato de as pessoas pensarem realmente em suas cidades. "É aqui que vocês moram e são vocês que sabem o que é preciso fazer pelos municípios", comentou.

Os secretários regionais foram representados por Jair Lorenzetti, da SDR de Joaçaba. "É um momento de extrema importância para a região. Acredito que a sociedade sabe muito bem o que quer, quais as necessidades. Quando se ouve a população, garante-se que isso de fato vá acontecer e que o recurso do Estado será investido de forma correta, trazendo benefícios para os cidadãos, sempre considerando a receita do Estado como um limitador", finalizou.

O prefeito de Joaçaba, Armindo Haro Neto (PMDB), reivindicou um repasse maior para os municípios

do total de tributos recolhidos, que hoje é de apenas 13%. "Com estes recursos poderíamos realizar um sonho antigo da população", concluiu.

Protesto

A reunião também foi marcada por uma manifestação dos servidores públicos da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (Epagri) de todo o estado. Eles aproveitaram para reivindicar reajuste salarial. Cerca de 50 pessoas carregavam faixas com frases de efeito direcionadas ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e aos secretários de Estado da Articulação e da Agricultura, Ivo Carminati e Antônio Ceron.

O coordenador da Intersindical dos Trabalhadores da Secretaria da Agricultura, Nauro José Velho, explicou que os servidores estão com seus salários defasados em 60%. "A data-base dos trabalhadores venceu em maio, tentamos negociar por oito meses e conseguimos uma proposta no mês de novembro, mas ele só atendeu parte das reivindicações. O acordo só foi assinado em janeiro."

Prioridades para 2009

Campos Novos

- Política de incentivos à assistência hospitalar em Santa Catarina para a regional de Campos Novos
- Apoio ao sistema viário estadual
- Cursos estratégicos do Programa Estadual de Desenvolvimento Regional (Proed)

Concórdia

- Apoio ao sistema viário rural
- Aproveitamento de dejetos animais
- Apoio para o aproveitamento da água das chuvas

Joaçaba

- Reabilitação, supervisão do trecho entre Ibicaré e Luzerna
- Manutenção do Convênio de Adequação da atenção na média e alta complexidade de procedimentos hospitalares
- Terraplanagem e pavimentação da rodovia que liga os municípios de Ouro a Jaborá

Videira

- Terraplanagem e pavimen-

- tação do trecho Salto Veloso/Hercilópolis
- Terraplanagem e pavimentação do trecho Pinheiro Preto/Iomerê/Treze Tílias
- Projeto do contorno Norte de Videira

Caçador

- Construção do Centro Administrativo Regional
- Construção da unidade da SSP
- Construção de Centro Multiuso



COMUNIDADE

Julia Reisser/Ibama



Com restrições severas quanto ao uso e manejo de seus recursos naturais, Reserva Biológica do Arvoredo foi criada na década de 80 como forma de proteger o ecossistema da região

Novo destino para Reserva do Arvoredo

Parlamentares vão interceder junto a senadores catarinenses para reclassificar área para parque

Scheila Dzedzic

Uma moção deverá ser encaminhada aos três senadores catarinenses para mudar o destino da Reserva Biológica do Arvoredo. A intenção é que seja desarquivado projeto de lei para reclassificar a área. A matéria que já tramitou na Câmara dos Deputados havia sido apresentada à época pelo então deputado federal Vânio dos Santos (PT) e, posteriormente, pelo deputado Edison Andrino (PMDB). Essa foi a principal decisão da audiência pública, dia 12, promovida pela Assembléia Legislativa, para discutir a proibição do mergulho na reserva.

A matéria reclassifica a Reserva Biológica do Arvoredo para Parque

Nacional, o que flexibiliza o uso da área. De acordo com o deputado Professor Sérgio Grando (PPS), a mudança só poderá ser feita através de projeto de lei, uma vez que a reserva foi criada em 12 de março de 1990, pelo Decreto-Lei nº 99.142, assinado pelo presidente José Sarney.

Através de sua assessoria, a senadora Ideli Salvatti sinalizou a intenção de "abraçar a causa". Segundo Andrino, o projeto de lei foi amadurecido com a participação de pessoas conhecedoras do assunto, ao contrário da época em que se instituiu a reserva, quando não foi realizada audiência pública. Ele defendeu que esta discussão leve em conta o homem e sua sobrevivência. "Não acredito que o

governo federal vai ter este assunto em pauta, uma vez que o foco do atual governo é a Amazônia. Temos que ser práticos e ir a Brasília com uma proposta concreta."

Rigidez

Segundo Andrino, a comunidade sofre as conseqüências da rigidez imposta pela legislação ambiental. Ele lembrou que existe no Legislativo catarinense um Fórum Permanente estudando a criação destas reservas. "A principal preocupação é que, desconhecendo a realidade catarinense, o governo federal venha criar um grande problema social com a instituição de diversas reservas, sem levar em conta a situação do setor produtivo."

Declarando-se preservacionista convicto, o deputado Jailson Lima (PT) comentou que a audiência pública cumpriu o papel democrático de ouvir a todos. "Quem está lá quer, sim, é preservar e não prejudicar o local". Jailson vai disponibilizar de um link no seu site parlamentar como canal para discussão.

O deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), que presidiu a audiência, solicitada em conjunto com o deputado Jailson Lima (PT), lembrou que a reserva surgiu após movimento da comunidade local, entidades de preservação ambiental, da UFSC e das escolas de mergulho que defenderam a proteção do ecossistema da região costeira do Norte da Ilha de Santa Catarina, na década de 80.

A iniciativa federal proibiu a pesca nas ilhas e em seu entorno (zona de amortecimento - 10 quilômetros mar adentro) alterando a vida na região da Costa Esmeralda (municípios de Bombinhas, Porto Belo, Itapema e Governador Celso Ramos), que sempre tiveram sua economia baseada na pesca artesanal.

Por muito tempo sem fiscalização, desde a criação da reserva, a área tem sido palco de conflitos entre pescadores, empresários, donos de hotéis e de escolas de mergulho de Santa Catarina. Em 1997 foi assinado um termo de conduta entre o Ibama e operadoras e escolas de mergulho. A atividade de mergulho está proibida, causando prejuízos aos que dependem da atividade.

Eduardo Guedes de Oliveira



Audiência foi convocada para discutir proibição de mergulho na reserva

Mudança amplia possibilidades de uso

O chefe da Reserva Marina do Arvoredo, Leandro Silva, disse que a recategorização da reserva em parque pode trazer benefícios para a coletividade. Silva admite não ter opinião formada sobre a transformação da reserva em parque e solicitou que na discussão seja ouvida a comunidade científica, reunindo maiores

subsídios quanto à viabilidade da mudança.

Segundo ele, a reclassificação amplia o leque do uso da unidade, sem abrir mão da restrição do uso direto dos recursos naturais. Leandro Silva explicou que a reserva é a que possui as regras de restrição mais rígidas, permitindo apenas as atividades de pesquisa

e de educação ambiental. Com a criação da Reserva Biológica do Arvoredo foram suspensos a pesca, o mergulho e a visitação de turismo na área de abrangência. "É um engano pensar que, se transformando em parque, todos os problemas vão ser superados. Cabe reativar a discussão do projeto de lei", observou.

Saiba mais

A Ilha do Arvoredo fica ao Norte da Ilha de Santa Catarina, próxima às ilhas Deserta e Galé. Como reserva biológica marinha, possui restrições severas quanto ao uso e manejo de seus recursos naturais. Entre as regras impostas, estão a proibição do desembarque na Ilha, exceto as autorizadas pelo Ibama e pela Capitania dos Portos, e a proibição do mergulho, mesmo que contemplativo, na área de toda a reserva.

OPINIÃO

Federalização da FURB: vitória da mobilização

A mobilização comunitária está nas raízes da FURB. Foi a opinião pública que deflagrou, na década de 50, o debate sobre a implantação de uma faculdade em Blumenau para incentivar o desenvolvimento da região e encerrar o capítulo da centralização do ensino superior na Capital. O movimento alcançou sua primeira grande conquista em 1964, com a criação da Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau.

Em 1967, a Lei Municipal nº 1458 instituiu a FUB - Fundação Universitária de Blumenau que, no ano seguinte, tornou-se Fundação Universidade Regional de Blumenau. A instituição cresceu refletindo o desenvolvimento econômico da região, uma das mais pujantes do Estado. Durante esse período, a comunidade do Vale do Itajaí confirmou sua índole batalhadora

e levantou recursos para erguer a sede própria.

Na década de 70, sempre com o suporte da sociedade, novos cursos surgiram, inclusive o de Administração, no qual, mais de 20 anos depois, iniciei na política estudantil, tornando-me presidente do Diretório Acadêmico. Enfim, em 1995, a Universidade Regional de Blumenau passou a figurar como uma instituição mantida pela Fundação Universidade Regional de Blumenau, com autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial, conforme os seus Estatutos e Regimento Geral.

Embora as lutas pela defesa do caráter público e da gratuidade das universidades tenham permeado a década de 90, somente em 2002 o debate ganhou novo fôlego com a instituição do Comitê Pró-Federali-

zação. Audiências públicas promovidas pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina ampliaram a discussão. Autoridades catarinenses, entre elas os parlamentares, se engajaram no movimento e 16 mil assinaturas foram colhidas em prol da FURB Federal.

Por fim, o plebiscito recentemente realizado, entre a comunidade acadêmica da FURB, coroou esta mobilização de cinco décadas. Mais de 19 mil votantes foram favoráveis à federalização. Na posição de ex-aluno da instituição e de representante da região de Blumenau no Poder Legislativo, também formalizo meu SIM pela FURB Federal, pelo ensino público, gratuito e de qualidade. Enfim, um SIM pela vitória da cidadania.

Deputado Estadual Jean Kuhlmann (DEM)

Precisamos de equilíbrio e bom senso

É fato que cada vez mais tomamos consciência em relação à constância que vem ocorrendo a degradação ambiental. Mas não basta só saber que o problema existe. É necessária também a conscientização de que somos parte da solução. Diagnósticos apresentados por reconhecidas organizações ligadas à preservação ambiental demonstram que a degradação é resultado principalmente do descontrolado crescimento populacional e suas exigências sobre os recursos da terra. Não havendo estabilidade populacional, econômica e ecológica em relação ao uso dos recursos naturais, que devemos lembrar, são limitados, estes serão extintos e, com eles, potencializados os riscos para a população humana.

Investidos na autoridade de pesquisas científicas e da credibilidade por suas ações, alguns órgãos ambientais lançaram subsídios para a idéia do desenvolvimento aliado à preservação. A idéia de Desenvolvimento Sustentável pode ser

buscada no Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1987, onde se firmou um novo paradigma de desenvolvimento que prima pelo respeito à diversidade cultural e ecológica, harmonia do desenvolvimento econômico com proteção ambiental e garantia do atendimento às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras. Este contexto rompe com o antagonismo entre preservação e desenvolvimento. Nesta perspectiva podemos refletir sobre a crítica ao desenvolvimento como figura voraz e consumidora de recursos; sobre o conceito e as práticas de preservação ambiental fundamentadas no afastamento humano.

Unidades de conservação transformaram-se em questão recorrente do debate ambientalista, ocasionando mudanças nos modelos preservacionistas. Não é possível pensar em uma natureza "selvagem e intocável"; nem é

desejável estabelecer planos de manejo ambiental que ignorem pessoas e modos de vida tradicionais. Daí a importância de iniciativas onde se combine preservação da biodiversidade a modelos de desenvolvimento alternativos, como é o caso das Reservas Extrativistas que a legislação federal considera como unidades de conservação de uso direto, onde se permite o aproveitamento sustentável dos recursos. Crises econômicas, penúria de muitas populações e degradação ambiental caracterizam o "desenvolvimento insustentável" baseado em inovações tecnocientíficas que elevam a produtividade do trabalho e a disponibilidade de bens, mas que consomem muita energia e são incapazes de dar abrangência aos seus benefícios. A relação entre desenvolvimento e degradação estabeleceu, historicamente, a necessidade de preservação ambiental.

Deputado Ivan Naatz (PV)

Exposição "A Fauna, o Encanto, a Flora" na Assembléia

Eduardo Guedes de Oliveira



Marina, professora de Artes, durante a abertura de sua exposição

A exposição "A Fauna, o Encanto, a Flora", da artista Marina Pazzini, ocupou a Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho entre o dia 10 e 13.

Natural de Brusque, a artista dedica-se profissionalmente às artes plásticas há 30 anos. Durante esse tempo tem participando de diversas exposições individuais e coletivas. Graduada em Arte pela FURB e pós-graduada em Arte e Educação pela Aupex, de Joinville,

é professora da rede pública municipal de Brusque e do curso de Design e Moda na Associação Educacional do Vale do Itajaí-Mirim.

O desenho, a pintura e o recorte encantam Marina desde pequena. Hoje ela usa suas técnicas para tratar de uma de suas paixões, a natureza. "Basicamente uso tinta acrílica ou óleo sobre o MDF recortado em formas variadas, numa linguagem de traçado orgânico", explica.

[AGENDA]

Dia 16, 9h – Audiência pública para tratar do Programa de Alimentação Escolar em SC

Local: Auditório Antonieta de Barros

Dia 16, 14h – Audiência pública do Orçamento Regionalizado

Local: Anfiteatro II, Bloco C – Univille - Joinville

Dia 16, 19h – Sessão solene pela passagem dos 50 anos de falecimento do ex-governador Jorge Lacerda

Local: Plenário

Dia 17, 9h – Comissão de Saúde - Audiência pública para debater a oncologia pediátrica em Santa Catarina

Local: Auditório Antonieta de Barros

Dia 18, 14h – Audiência pública do Orçamento Regionalizado

Local: Auditório Antonieta de Barros - Florianópolis

Dia 18, 19h – Sessão solene do Dia Estadual da Imigração Japonesa e ao Centenário da Imigração Japonesa no Brasil

Local: Plenário

Dia 19, 14h – Audiência pública do Orçamento Regionalizado

Local: Salão do Bloco G – Unidavi – Rio do Sul

Dia 19, 17h – Comissão de Saúde - Audiência pública para discutir a situação dos Hospitais em Santa Catarina

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

Dia 20, 14h – Audiência pública do Orçamento Regionalizado

Local: Auditório da FURB - Sala D - Campos II - Blumenau

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (DEM)

1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)

2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)

1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

2º Secretário: Valmir Comin (PP)

3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Branganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaíne Silveira

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Eduardo Guedes de Oliveira

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Sessão solene destaca 20 anos do Sesccon

Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis trabalha em defesa da categoria e presta serviços à comunidade

Fotos: Alberto Neves



Solenidade requerida e comandada pelo deputado Renato Hinnig resgatou história de duas décadas da entidade

Suzana Couto Tancredo

Com o Plenário lotado de autoridades ligadas ao setor contábil, uma sessão solene realizada dia 5 homenageou os 20 anos do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Consultoria, Perícias, Informações e Pesquisas da Grande Florianópolis (Sesccon).

Requerida pelo deputado Renato Hinnig (PMDB), a sessão resgatou as duas décadas da entidade. Como um dos representantes da categoria na Casa, Hinnig afirmou ter orgulho de tal condição e que está trabalhando para retribuir a confiança nele depositada. "O Sesccon é uma entidade empenhada em resolver não

somente os problemas de sua categoria, mas em prestar serviços à comunidade em geral", destacou o parlamentar no discurso de abertura da sessão.

O vice-presidente do Sesccon, Gil Nazareno Losso, fez um histórico da entidade, relembrou seus tempos de dificuldade, a condição de interinidade da sede e concluiu dizendo que todos os ex-colaboradores continuam trabalhando no sindicato.

O presidente Augusto Marquart Neto disse ter certeza de que a entidade se sente orgulhosa e satisfeita com o trabalho realizado nos últimos 20 anos de atividade.

"O respeito adquirido pelos órgãos federais e estaduais é o grande patrimônio do Sesccon,

que conta com um sindicato ativo e a solidariedade de todas as entidades contábeis", destacou Marquart Neto.

A mesa foi integrada pelo diretor-geral da Secretaria da Fazenda, Nestor Raup, representando o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB); superintendente da Floram, José Rauem, em nome do prefeito da Capital, Dário Berger (PSDB); presidente do Sesccon, Elias Barth; presidente do Conselho Regional de Contabilidade, Sergio Faraco; diretor de comunicação da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), Maurício Melo, e pelo presidente do Sisccon, Augusto Marquart Neto.

Parlamento presta homenagem a presidente e ex-presidentes

Na solenidade, o deputado Renato Hinnig entregou placa de destaque ao presidente do Sesccon, Augusto Marquart Neto, que retribuiu em seguida a homenagem ao parlamentar. A diretora de publicidade e eventos do Sesccon Grande Florianópolis, Marilza da Silva, homenageou os presidentes do Sesccon, Antônio Papior, à frente da entidade de 1993 a 1999, e Marcelo Cruz, representando o presidente de 2000 a 2003, Walter Cruz.

Também foi agraciado o pre-

sidente nos anos de 2004 a 2006, Maurício Melo. O presidente do Núcleo de Contabilistas do Vale do Rio Tijucas, José Carlos de Souza, foi homenageado por Rosmari Dal Moro, do Conselho Fiscal do Sesccon. A placa também foi entregue a Sérgio Soncini, representante dos associados da Grande Florianópolis. O dirigente do Sebrae de Santa Catarina, Spyros Diamantaras, foi o último a receber a placa das mãos de Maria Emília Espindola, do Conselho Fiscal da instituição.



Hinnig entrega placa a Augusto Marquart Neto, presidente Sesccon da Capital

Audiência defende Lajeado São José como área de preservação

Verlaine Silveira

A criação de uma Área de Preservação Ambiental (APA) para o Lajeado São José, em Chapecó, e uma revisão no Plano Diretor da cidade foram as reivindicações apresentadas na audiência pública promovida pela Assembléia Legislativa por indicação do deputado Altair Silva (PP) no município. O deputado anunciou que vai convocar a Fatma para dar esclarecimentos na Casa Legislativa. A principal questão é a ocupação irregular das margens do lajeado, seu assoreamento, aterros feitos em sua bacia hidrográfica, construções irregulares e o desmatamento, com a retirada da mata ciliar protegida por lei.

Participaram vários setores da sociedade local, preocupados com a situação do lajeado e seu entorno. A audiência foi realizada na Câmara

de Vereadores e recebeu representantes da Casan, Polícia Ambiental, Unochapecó, Cidasc, Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS) e Prefeitura.

A bióloga Karling Fernanda Schuster apresentou um trabalho sob o título "Lajeado São José – Manancial de abastecimento dos municípios de Chapecó e Cordilheira Alta". A bióloga fez um relato da situação do manancial, conseqüências e possibilidades de preservação. Apesar do lajeado São José ser prote-

gido por lei municipal e federal, a situação é crítica. Essas são as preocupações do deputado Altair Silva, que vai dar continuidade aos debates e exigir fiscalização mais rígida neste assunto, com desdobramentos que implicam na libera-

ção de recursos pelo Ministério das Cidades para a discussão do novo plano diretor. O parlamentar aguarda apenas a confirmação da data da vinda do ministro Marcio Fortes à Chapecó. A preservação do lajeado envolve a Fatma, cujo gerente regional, Bernardo Bairith, esteve na audiência e disse que vai defender a recuperação do manancial.

Solon Soares



Reunião na Câmara de Vereadores atrai representantes de vários setores

e Marcelino Chiarello (PT), o gerente da Regional Oeste da Casan, Milton Sander, o representante do prefeito João Rodrigues (DEM), engenheiro agrônomo Luiz Alberto Nattar, o reitor da Unochapecó, Odilon Luiz Poli, o tenente Robson Xavier Neves, comandante da Polícia Ambiental, Mariano Smaniotto, da ABAS, e Alvorí José Canto, da Cidasc.

Preservação

Apesar de o lajeado estar protegido por lei, na prática isso não é obedecido. A possibilidade de que seja estabelecida uma APA, segundo os técnicos e preservacionistas do município, pode contribuir para resguardar o local. Uma APA é uma área de proteção ambiental, estabelecida pelo poder público, onde é permitida a ocupação da área protegida.

ESPECIAL

Comissões dão sinal verde para o Iprev

Projeto de lei complementar que reestrutura o sistema previdenciário dos servidores públicos estaduais será apreciado dia 17 em Plenário

Scheila Dzedzic

Nem mesmo os protestos e o apito dos manifestantes que lotaram o auditório Antonieta de Barros, na Assembléia Legislativa, dia 10, conseguiram convencer a base governista a retirar da pauta o PLC que cria o Iprev. As Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho e Serviço Público aprovaram o Projeto de Lei Complementar nº 50/07, que reestrutura o sistema previdenciário e institui o Regime Próprio de Previdência do Servidor de Santa Catarina (RPPS) com a criação de fundos previdenciários e financeiro.

Com a aprovação, a matéria, a mais polêmica e discutida entre os parlamentares neste primeiro semestre, está apta para votação

em Plenário, que deve ocorrer, conforme calendário acordado entre os líderes, no próximo dia 17.

Poucas mudanças foram apresentadas pelo relator, deputado Herneus de Nadal (PMDB), líder do Governo na Casa, em relação ao parecer preliminar, que já havia acatado 56 de 79 emendas propostas. Entre as novidades está o acolhimento de três emendas do líder do PSDB, deputado Marcos Vieira, que anteriormente haviam sido rejeitadas. Convencido com nova argumentação, Nadal acrescentou ao projeto as emendas de números 71,72 e 73, que tratam respectivamente da inclusão do presidente do Ipsc como membro nato do Conselho de Administração (órgão de deliberação e orientação superior) do RPPS/SC, dado seu conhecimento e atuação na área

previdenciária; da determinação do prazo de 10 anos para que o direito da previdência estadual apure e constitua seus créditos, além da supressão do artigo 57.

Este artigo vedava a adoção de critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores abrangidos pelo RPPS, com ressalvas aos casos definidos em Lei Complementar Federal. A lei abrange os portadores de deficiência, os profissionais que exercem atividade de risco e aqueles cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. Com isso fica reforçado o direito já existente de aposentadoria especial a este grupo de servidores. Emenda semelhante também foi apresentada pelo deputado Jorginho Mello (PSDB).



Fotos: Alberto Neves

Relator Herneus de Nadal acolhe três emendas, que incluem presidente do Ipsc como membro nato do Conselho de Administração do Regime de Previdência

Servidores protestam com apitação



Servidores acompanham reunião das comissões e se manifestam com faixas contra projeto que cria o Iprev

Entre apitação, gritos e palmas dos manifestantes, que repetiram a frase "não, não, não ao fundo de pensão", o deputado Romildo Titon (PMDB) deu início à reunião conjunta das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público. Durante a leitura do parecer final pelo relator da matéria, deputado Herneus de Nadal (PMDB), os ânimos dos funcionários públicos continuaram exaltados. Ao fim da reunião, a aprovação do parecer favorável ao Iprev não desanimou os manifestantes. "Esta luta não se encerra aqui", declarou Mário Antônio da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual (Sintespe).

Nas manifestações que pediam a retirada do projeto era possível ouvir: "chega!", "devolve!" e "retira!". O barulho que tomou conta do Auditório Antonieta de Barros, na Assembléia Legislativa, seguiu

até o final da reunião, a cada voto a favor ou contra o Iprev proferido pelos parlamentares. A posição dos manifestantes ficou clara nas faixas que eles seguraram por todo o tempo, entre elas a que dizia: "Sintespe repudia a privatização do Ipsc".

Ameaça

Da área da saúde, as servidoras Maria Ramarina dos Anjos e Elizete Fátima Antunes, de Lages, afirmaram que o projeto, na forma como foi apresentado, só irá prejudicar o funcionalismo. "Temos o direito de ter o que é nosso. A única coisa que não queremos é ser roubados", disse Maria Romarina. Da educação, Elizete Zonta é contra o Iprev e acredita ser a proposta uma ameaça aos direitos garantidos. "O projeto é um pacote de ataques e quebra a valorização dos servidores", disse.

Após o término da reunião

conjunta das comissões, em que a matéria recebeu parecer favorável, os manifestantes continuaram reunidos no espaço ao lado do auditório. Segundo Mário Antônio da Silva, o Parlamento não tem legitimidade para votar e aprovar o Iprev, já que não foram acatados novamente a criação de dois regimes jurídicos de custeio do sistema previdenciário que, segundo ele, segregava os servidores públicos.

Uczai argumentou que a proposta governamental vai além do que é exigido pelo Ministério da Previdência para que o Estado possa receber o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) e, com isso, estar apto a receber transferência de recursos voluntários da União. Uczai remeteu ao ofício do Ministério que fala apenas da necessidade da criação de uma unidade gestora única da previdência.

Bancadas do PP e PT reforçam posição contrária

As bancadas do PT e PP marcaram suas posições contrárias ao projeto de lei complementar apresentando voto de vista na Comissão de Constituição e Justiça. O líder do PT, deputado Pedro Uczai, criticou novamente a criação de dois regimes jurídicos de custeio do sistema previdenciário que, segundo ele, segregava os servidores públicos.

Uczai citou ainda o artigo 40 da Constituição Federal, inciso 20. Nele está escrito que é vedada a "existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos de natureza de uma unidade gestora do respectivo sistema em

cada ente estatal". Para a bancada do PT o projeto não atende a principal finalidade, além de violar artigo da Constituição Federal. O deputado Jaime Pasquallini (PP) lembrou que a proposta teve duas etapas distintas: a discussão com os servidores nas nove audiências públicas realizadas pela Assembléia e a apresentação de emendas. Comentou que na primeira audiência alertou da dificuldade em se avançar na discussão do PLC, já que o governo tem ampla maioria no Parlamento.

A posição contrária ao projeto foi reforçada pelos progressistas em função da rejeição de 17 das 49 emendas da bancada, segundo Pasquallini, com a intenção de aprimorar a proposta enviada pelo Executivo. "A análise detalhada da

matéria confirmou que acertamos quando optamos pelo aperfeiçoamento do projeto por meio de emendas, tamanho o número de dispositivos que precisaram de intervenções. Em que pese as emendas acolhidas, a bancada do PP não se deu por satisfeita, porque outras importantes não foram contempladas". Entre as emendas ele cita a que destinava ao Fundo Financeiro, e não ao Previdenciário, os bens e direitos do Ipsc; a reserva de contingência, para conferir segurança ao regime, especificamente ao Fundo Financeiro com valores referentes a juros; a atualização monetária e as multas por mora no pagamento de quantias devidas à previdência estadual e a determinação da criação da estrutura do Iprev por lei específica. (S.D.)

Com relatório do líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), as Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Finanças e Tributação da Casa aprovaram no dia 10 o Projeto de Lei 146/08, do Executivo, que estende o Prêmio Educar aos servidores inativos do magistério público estadual da Secretaria de Estado da Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial. O projeto deve ser votado nas próximas sessões plenárias.



Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças autorizam extensão do Prêmio Educar a aposentados

Aprovado Prêmio Jubilar a inativos

Com relatório do líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), as Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Finanças e Tributação da Casa aprovaram no dia 10 o Projeto de Lei 146/08, do Executivo, que estende o Prêmio Educar aos servidores inativos do magistério público estadual da Secretaria de Estado da Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial. O projeto deve ser votado nas próximas sessões plenárias.

Sob a denominação de Prêmio Jubilar, o benefício é destinado aos servidores aposentados e pensionistas dos cargos de professor, com carga horária de 40 horas semanais, que estejam percebendo gratificação de regência de classe, (receberão R\$ 200) e aos de Assistente Técnico-pedagógico, Consultor Educacional e Especialista do qua-

dro do magistério público estadual, também com carga horária de 40 horas semanais (receberão R\$ 150). Aposentados no cargo de professor que não percebem gratificação de regência de classe não terão direito ao Prêmio Jubilar – o que foi criticado por deputados da oposição. Os valores do prêmio serão pagos a partir de 1º de agosto.

Artigo 170

Na CCJ, Herneus de Nadal, na condição de relator, acolheu Emenda Substitutiva Global do deputado Pedro Uczai (PT) a dois projetos de lei complementar, de origem parlamentar, que tratam do artigo 170 da Constituição Estadual, responsável pela regulamentação da assistência financeira aos alunos matriculados em instituições de ensino superior no

estado. Uczai aproveitou parte do PLC 5/08, de sua autoria, que estabelece que o valor do benefício concedido ao aluno não será inferior a 25% do valor da mensalidade por ele devida. Também aproveitou parte do PLC 8/07, do deputado Professor Grando (PPS), determinando que a concessão do benefício será opção de cada instituição de ensino superior conveniada, podendo ser semestral ou anual.

"Essas propostas precisavam ser aprovadas agora, considerando que o calendário acadêmico nos impõe um ritmo acelerado. As demais propostas do artigo 170 (eleições diretas para dirigentes de instituições de universidades e bolsas de estudo para alunos de cursos a distância) ficarão para um debate mais aprofundado e com mais tempo", justificou Uczai. (R.P.)

Bancada de oposição trabalha por CPI sobre financiamento de campanha

Graziela May Pereira

A bancada de oposição conseguiu dia 10 a 13ª assinatura para a constituição de uma Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI) com o objetivo de investigar as denúncias de uso de dinheiro público para financiamento de campanha por parte do governo estadual. Para a constituição da CPI são necessárias 14 assinaturas e a 13ª é do deputa-

do Sargento Amauri Soares (PDT). Segundo Soares, a Assembléia tem obrigação de investigar qualquer denúncia que venha prejudicar o povo catarinense. "Não estou aqui defendendo a chantagem, mas os fatos apontados devem ser investigados". O parlamentar ainda afirmou que não tem nada contra o governo. "Estou assinando em favor da CPI por convicção política e análise jurídica. Isso tudo é isento

de disputa política. A Assembléia Legislativa não pode se omitir de sua obrigação", completou.

O deputado Pedro Uczai, líder da bancada do PT, disse que a CPI é uma prerrogativa parlamentar e deve ser cumprida. "Temos que investigar se houve realmente financiamento de campanha com dinheiro estatal. As denúncias são graves e o governo tem que responder por isso", disse Uczai.

Entenda o caso

O proprietário da Revista Metrópole, Ivonei Raul da Silva, foi preso em flagrante por agentes da DEIC, na Capital, sob acusação de tentar extorquir R\$ 1,6 milhão do governo do Estado para não divulgar um livro com supostas denúncias contra o governador Luiz Henrique da Silveira, secretários e prefeitos. Silva nega a acusação, se diz vítima de uma "armação" e garante que pretendia apenas cobrar dívida com

o governo que, por sua vez, nega qualquer débito. Todas as informações, documentos e fotos que estão nas 355 páginas do livro "A Descentralização no Banco dos Réus" serão cheçadas pela polícia e pelo Ministério Público. A publicação tem duas partes e 55 subtítulos, é ilustrada com mais de 60 cópias de documentos, 25 diálogos reproduzidos e 15 fotos.

INSTITUCIONAL

Parlamento recebe parecer prévio das contas/2007 do governo do Estado

Tribunal de Contas do Estado indica aprovação das finanças com seis ressalvas e 12 recomendações



Eduardo Guedes de Oliveira

Conselheiro César Filomeno Fontes (e), relator das contas, afirma que Executivo cumpriu seu papel

O parecer prévio das contas/2007 do governo do Estado, que recomenda a aprovação das finanças estaduais com seis ressalvas e 12 recomendações, foi entregue dia 9 ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (DEM), pelo presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, José Carlos Pacheco. Pontos como a inclusão dos gastos com inativos, para efeito de cálculo dos percentuais mínimos de 25% aplicados na educação e 12% na saúde, e a falta de cobrança dos créditos tributários foram as principais deficiências constatadas.

Segundo o relator das contas, conselheiro César Filomeno Fontes, o governo conseguiu cumprir seu papel. "Obtivemos uma resposta excepcional do governo estadual, mesmo com os problemas na saúde e na educação, que

já são crônicos e têm origem em outros governos." O presidente do TCE afirmou que a instituição vem exercendo seu papel de fiscalização. "Nosso trabalho de auxiliar o Legislativo na fiscalização das contas está concluído.", completou.

A Assembleia é responsável pelo julgamento político-administrativo da matéria. Os deputados poderão acatar ou não o parecer do TCE. "Estamos cumprindo mais uma etapa desse dever constitucional que nos é dado. O Tribunal de Contas tem participação efetiva na melhoria das ações do governo", disse Julio Garcia. De acordo com o presidente da Casa, as análises do TCE serão apreciadas pelo Legislativo sem nenhum problema. "As análises criteriosas realizadas pelo Tribunal de Contas não merecerão qualquer reparo pelo Poder Legislativo", adiantou.

O Brasil em Debate na Assembleia Legislativa traz Gabriel, O Pensador

Um dos maiores nomes do rap brasileiro, Gabriel, O Pensador, é o convidado do próximo encontro do programa O Brasil em Debate na Assembleia Legislativa, dia 26. Com o tema "Comunicação, Poesia e Música", o rapper vai apresentar sua palestra com o mesmo jeito irreverente que mistura crítica e humor.

O evento será realizado às 19 horas, no Auditório Antonieta de Barros, e conta com o apoio da Associação Catarinense de Imprensa e do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina. As inscrições têm início no dia 19, a partir das 9 horas, somente pelo site www.alesc.sc.gov.br

Currículo

A fama veio em 1992, com o rap "Tô Feliz, Matei o Presidente". No ano seguinte, contratado pela Sony Music, lançou seu primeiro e homônimo CD com os sucessos "Lôraburra" e "Retrato de um Playboy". Em 1995, lançou "Ainda É Só o Começo". Dois anos depois, é a vez do disco "Quebra-Cabeça", com as faixas "2345meia78", "Cachimbo da Paz" e "Festa da Música", que vendeu mais de um milhão de cópias.

Sucesso em Portugal, O Pen-

sador foi escolhido pela banda irlandesa U2 para abrir seus shows no Brasil em 1998. Em 1999, lançou o CD "Nádegas a Declarar". Em 2001, o quinto disco, "Seja Você Mesmo Mas Não Seja Sempre o Mesmo", com participações especiais de Digão (dos Raimundos) e do cantor Lenine. Em 2003, lançou em CD e DVD o "MTV Ao Vivo", com os seus maiores sucessos. "Cavaleiro Andante" é o sétimo disco do músico, lançado em 2005.

Casado com a atriz Ana Lima e jurado da segunda edição do concurso Soletando, do Caldeirão do Huck, na Rede Globo, Gabriel lançou em 2001 o primeiro livro, "Diário Noturno", que revela talentos e angústias deste rapper brasileiro.

Divulgação



Gabriel faz palestra dia 26

Concórdia tem público recorde em ciclo que debate eleições



Carlos Kilian

Com a presença do deputado Sopelsa, evento em Concórdia atrai prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e estudantes

Com um público recorde de 150 pessoas, Concórdia, no Oeste catarinense, recebeu dia 6 a quinta etapa do "Ciclo de Debates sobre as eleições municipais para 2008". Prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, estudantes e candidatos a cargos eletivos na próxima eleição lotaram a Sociedade Esportiva e Recreativa da Sadia (SerSadia).

Promovido pela Escola do Legislativo, em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral (TJE), órgão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/SC), e o Instituto de Contas do Tribunal de Contas (TCE), o ciclo de

debates tem objetivo de discutir as normas que regem as eleições municipais. Segundo o prefeito de Concórdia, Neodi Saretta (PT), o encontro funcionou como uma espécie de alerta. "Através destas palestras ficaremos atentos a tudo aquilo que é permitido e o que é proibido", disse, satisfeito com o conteúdo abordado.

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB), que representou o presidente da Assembleia, deputado Julio Garcia (DEM), afirmou que a Casa exerce seu papel com maestria ao promover eventos como o ciclo de debates. O encontro

contou com três palestras: "Acessibilidade, Inclusão e Cidadania das Pessoas com Deficiência", "Regras para Eleições 2008" e "Prestações de Contas de Campanhas".

Sombrio

A sexta etapa do Ciclo de Debates esteve dia 9 em Sombrio. Cerca de 80 pessoas acompanharam as palestras na Câmara de Sombrio, que reuniu autoridades da região. O próximo ciclo será neste dia 13, em Florianópolis, no auditório da Casa Legislativa, das 8 às 17 horas.

COMISSÕES

Assembléia dá largada às audiências do Orçamento Regionalizado

Joaçaba sedia primeira reunião elegendo como prioridades investimentos na saúde e na pavimentação de rodovias

Denise Arruda Bortolon

As regionais de Joaçaba, Videira, Campos Novos, Concórdia e Caçador, no Meio Oeste catarinense, foram as primeiras a escolher as três prioridades que deverão fazer parte do Orçamento 2009. O Orçamento

Regionalizado (OR) é um trabalho conjunto entre Assembléia Legislativa e governo do Estado, que promovem as nove audiências públicas regionais, entre os dias 11 e 24 deste mês, em Joaçaba, Lages, Tubarão, Joinville, Florianópolis, Rio do Sul, Blumenau, São Miguel do

Oeste e Chapecó, envolvendo as 36 secretarias de Desenvolvimento Regional. O Projeto de Lei nº 102/08, ou Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009, já está tramitando na Casa e tem como relator o deputado Renato Hinnig (PMDB).

Nos encontros, são definidas

as três prioridades que deverão fazer parte da LDO para 2009. A primeira audiência pública do Orçamento Regionalizado neste ano foi realizada, dia 11, no auditório da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), em Joaçaba.

A pavimentação de rodovias e os investimentos na área de saúde continuaram como carro-chefe para os investimentos do próximo ano. A regional de Concórdia, no entanto, preferiu priorizar ações voltadas ao meio ambiente, como o reaproveitamento das águas das chuvas e o aproveitamento de dejetos suínos.

Os trabalhos foram coordenados pelo deputado Jorginho Mello (PSDB), presidente da Comissão de Finanças e Tributação. "É uma obrigação constitucional do Legislativo estadual ouvir as demandas da sociedade, mas também é uma prática educativa. Estamos aqui para prestar contas, relembrar as ações e recolocá-las caso não

tenham sido realizadas", ressaltou. Membro da comissão, o deputado José Natal Pereira (PDSB) acompanhou todas as reuniões do ano passado. "Estamos à disposição em busca da realização das prioridades que serão escolhidas na tarde de hoje", falou.

Potencial

Representando a bancada do PDT, o líder do partido, deputado Sargento Soares, disse ser solidário às reivindicações. "Sabemos que existe a pergunta e a crítica sobre a importância destas audiências, que coloca a estrutura da Casa à disposição da população das regiões e depois não se cumpre o que se buscava. Temos uma avaliação diferente, porque podemos reivindicar junto ao governo", avaliou. Já o deputado Ismael dos Santos (DEM) enfatizou o potencial de cada região justificando, desta forma, a importância das audiências.



Fotos: Solon Soares

Presidente da Comissão de Finanças, deputado Jorginho Mello, coordena trabalhos no encontro

Deputados defendem iniciativa

Para o deputado Pedro Uczai, (PT) é de fundamental importância ouvir o conjunto da sociedade para definir as prioridades de um ano para o outro. "Por isso sempre defendemos a consulta para a radicalização da democracia participativa. Quero referendar os diferentes instrumentos que fortalecem a participação da sociedade", emendou.

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB) considera como principal vantagem do Orçamento Regionalizado o fato de as pessoas pensarem realmente em suas cidades. "É aqui que vocês moram e são vocês que sabem o que é preciso fazer pelos municípios", comentou.

Os secretários regionais foram representados por Jair Lorenzetti, da SDR de Joaçaba. "É um momento de extrema importância para a região. Acredito que a sociedade sabe muito bem o que quer, quais as necessidades. Quando se ouve a população, garante-se que isso de fato vá acontecer e que o recurso do Estado será investido de forma correta, trazendo benefícios para os cidadãos, sempre considerando a receita do Estado como um limitador", finalizou.

O prefeito de Joaçaba, Armindo Haro Neto (PMDB), reivindicou um repasse maior para os municípios

do total de tributos recolhidos, que hoje é de apenas 13%. "Com estes recursos poderíamos realizar um sonho antigo da população", concluiu.

Protesto

A reunião também foi marcada por uma manifestação dos servidores públicos da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (Epagri) de todo o estado. Eles aproveitaram para reivindicar reajuste salarial. Cerca de 50 pessoas carregavam faixas com frases de efeito direcionadas ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e aos secretários de Estado da Articulação e da Agricultura, Ivo Carminati e Antônio Ceron.

O coordenador da Intersindical dos Trabalhadores da Secretaria da Agricultura, Nauro José Velho, explicou que os servidores estão com seus salários defasados em 60%. "A data-base dos trabalhadores venceu em maio, tentamos negociar por oito meses e conseguimos uma proposta no mês de novembro, mas ele só atendeu parte das reivindicações. O acordo só foi assinado em janeiro."

Prioridades para 2009

Campos Novos

- Política de incentivos à assistência hospitalar em Santa Catarina para a regional de Campos Novos
- Apoio ao sistema viário estadual
- Cursos estratégicos do Programa Estadual de Desenvolvimento Regional (Proed)

Concórdia

- Apoio ao sistema viário rural
- Aproveitamento de dejetos animais
- Apoio para o aproveitamento da água das chuvas

Joaçaba

- Reabilitação, supervisão do trecho entre Ibicaré e Luzerna
- Manutenção do Convênio de Adequação da atenção na média e alta complexidade de procedimentos hospitalares
- Terraplanagem e pavimentação da rodovia que liga os municípios de Ouro a Jaborá

Videira

- Terraplanagem e pavimen-

- tação do trecho Salto Veloso/Hercilópolis
- Terraplanagem e pavimentação do trecho Pinheiro Preto/Iomerê/Treze Tílias
- Projeto do contorno Norte de Videira

Caçador

- Construção do Centro Administrativo Regional
- Construção da unidade da SSP
- Construção de Centro Multiuso



COMUNIDADE

Julia Reisser/Ibama



Com restrições severas quanto ao uso e manejo de seus recursos naturais, Reserva Biológica do Arvoredo foi criada na década de 80 como forma de proteger o ecossistema da região

Novo destino para Reserva do Arvoredo

Parlamentares vão interceder junto a senadores catarinenses para reclassificar área para parque

Scheila Dzedzic

Uma moção deverá ser encaminhada aos três senadores catarinenses para mudar o destino da Reserva Biológica do Arvoredo. A intenção é que seja desarquivado projeto de lei para reclassificar a área. A matéria que já tramitou na Câmara dos Deputados havia sido apresentada à época pelo então deputado federal Vânio dos Santos (PT) e, posteriormente, pelo deputado Edison Andrino (PMDB). Essa foi a principal decisão da audiência pública, dia 12, promovida pela Assembléia Legislativa, para discutir a proibição do mergulho na reserva.

A matéria reclassifica a Reserva Biológica do Arvoredo para Parque

Nacional, o que flexibiliza o uso da área. De acordo com o deputado Professor Sérgio Grando (PPS), a mudança só poderá ser feita através de projeto de lei, uma vez que a reserva foi criada em 12 de março de 1990, pelo Decreto-Lei nº 99.142, assinado pelo presidente José Sarney.

Através de sua assessoria, a senadora Ideli Salvatti sinalizou a intenção de "abraçar a causa". Segundo Andrino, o projeto de lei foi amadurecido com a participação de pessoas conhecedoras do assunto, ao contrário da época em que se instituiu a reserva, quando não foi realizada audiência pública. Ele defendeu que esta discussão leve em conta o homem e sua sobrevivência. "Não acredito que o

governo federal vai ter este assunto em pauta, uma vez que o foco do atual governo é a Amazônia. Temos que ser práticos e ir a Brasília com uma proposta concreta."

Rigidez

Segundo Andrino, a comunidade sofre as conseqüências da rigidez imposta pela legislação ambiental. Ele lembrou que existe no Legislativo catarinense um Fórum Permanente estudando a criação destas reservas. "A principal preocupação é que, desconhecendo a realidade catarinense, o governo federal venha criar um grande problema social com a instituição de diversas reservas, sem levar em conta a situação do setor produtivo."

Declarando-se preservacionista convicto, o deputado Jailson Lima (PT) comentou que a audiência pública cumpriu o papel democrático de ouvir a todos. "Quem está lá quer, sim, é preservar e não prejudicar o local". Jailson vai disponibilizar de um link no seu site parlamentar como canal para discussão.

O deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), que presidiu a audiência, solicitada em conjunto com o deputado Jailson Lima (PT), lembrou que a reserva surgiu após movimento da comunidade local, entidades de preservação ambiental, da UFSC e das escolas de mergulho que defenderam a proteção do ecossistema da região costeira do Norte da Ilha de Santa Catarina, na década de 80.

A iniciativa federal proibiu a pesca nas ilhas e em seu entorno (zona de amortecimento - 10 quilômetros mar adentro) alterando a vida na região da Costa Esmeralda (municípios de Bombinhas, Porto Belo, Itapema e Governador Celso Ramos), que sempre tiveram sua economia baseada na pesca artesanal.

Por muito tempo sem fiscalização, desde a criação da reserva, a área tem sido palco de conflitos entre pescadores, empresários, donos de hotéis e de escolas de mergulho de Santa Catarina. Em 1997 foi assinado um termo de conduta entre o Ibama e operadoras e escolas de mergulho. A atividade de mergulho está proibida, causando prejuízos aos que dependem da atividade.

Eduardo Guedes de Oliveira



Audiência foi convocada para discutir proibição de mergulho na reserva

Mudança amplia possibilidades de uso

O chefe da Reserva Marina do Arvoredo, Leandro Silva, disse que a recategorização da reserva em parque pode trazer benefícios para a coletividade. Silva admite não ter opinião formada sobre a transformação da reserva em parque e solicitou que na discussão seja ouvida a comunidade científica, reunindo maiores

subsídios quanto à viabilidade da mudança.

Segundo ele, a reclassificação amplia o leque do uso da unidade, sem abrir mão da restrição do uso direto dos recursos naturais. Leandro Silva explicou que a reserva é a que possui as regras de restrição mais rígidas, permitindo apenas as atividades de pesquisa

e de educação ambiental. Com a criação da Reserva Biológica do Arvoredo foram suspensos a pesca, o mergulho e a visitação de turismo na área de abrangência. "É um engano pensar que, se transformando em parque, todos os problemas vão ser superados. Cabe reativar a discussão do projeto de lei", observou.

Saiba mais

A Ilha do Arvoredo fica ao Norte da Ilha de Santa Catarina, próxima às ilhas Deserta e Galé. Como reserva biológica marinha, possui restrições severas quanto ao uso e manejo de seus recursos naturais. Entre as regras impostas, estão a proibição do desembarque na Ilha, exceto as autorizadas pelo Ibama e pela Capitania dos Portos, e a proibição do mergulho, mesmo que contemplativo, na área de toda a reserva.